

Os empréstimos, 5%

mais caros

Da sucursal de BRASÍLIA

O Brasil já paga encargos adicionais próximos a 5%, entre **spread** — taxa de risco, quatro tipos de comissões e “despesas razoáveis em aberto”, para conseguir os poucos empréstimos externos contratados nos últimos doze meses. Esse adicional equivale a 50% dos juros básicos do mercado financeiro internacional. Como o País contratou ou espera contratar US\$ 28 bilhões, este ano, em empréstimos de curto, médio e longo prazos, incluídas a rolagem da dívida a vencer ao longo do ano e a renovação de créditos de curto prazo, os ônus extras representarão, até dezembro, US\$ 1,4 bilhão, fora os juros normais.

Na semana passada, o vice-diretor do departamento de câmbio e relações comerciais do Fundo Monetário Internacional (FMI), William Beveridge, confidenciava aos jornalistas brasileiros que o País deveria atentar também para o custo da renegociação da dívida com os bancos estrangeiros.

O ex-presidente do Banco Central e atual presidente da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições do Mercado Aberto (Andima), Carlos Brandão, confessou a surpresa com o elenco de encargos extras,

mas ressaltou: “Se os créditos estão fechados, é preciso pagar caro para se obter alguma coisa”.

Além do tradicional “spread”, mantido no patamar de 2,125% ao ano acima dos juros básicos do euro-mercado, o Brasil pagou, nas últimas operações sindicalizadas e com aval do tesouro nacional, comissões de gerenciamento, de agenciamento, de pré-pagamento e de compromisso e ainda “despesas razoáveis” em aberto — com certeza, um recorde mundial de encargos inusitados.

A comissão de gerenciamento permanece no elevado percentual de 1,5% sobre o valor do empréstimo, com pagamento antecipado aos líderes dos empréstimos sindicalizados, e os coordenadores gerais dos quatro projetos do fracassado programa brasileiro de ajuste das contas externas deste ano, apresentado aos banqueiros em dezembro de 1982, Morgan Guaranty Trust, Citibank, Chase Manhattan e Bankers Trust, receberam uma alta comissão de agenciamento, mantida em sigilo pelo banco central. Na última sexta-feira, as Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) revelou que o Morgan Guaranty Trust recebeu comissão de agenciamento de US\$ 12,5 mil por ano para liderar um empréstimo sindicalizado de 122,5 milhões de mar-

cos alemães, equivalente a US\$ 45,88 milhões.

Os banqueiros introduziram até a comissão de compromisso de 0,5% ao ano sobre os valores não desembolsados. Assim, por exemplo, os bancos internacionais retêm a parcela restante de US\$ 1,9 bilhão do jumbo de US\$ 4,5 bilhões, contratado em fevereiro último, e mantêm a cobrança do encargo de 0,5% ao ano para garantir os compromissos assumidos.

Também constitui encargo novo a cobrança da comissão de pré-pagamento de 1%. Mas a novidade maior fica por conta das “despesas razoáveis”, sem teto específico e exigíveis mediante “a apresentação de extrato detalhado das despesas incorridas”, conforme cláusula contratual aceita pelo Banco Central na aprovação dos empréstimos externos.

O dirigente de um banco estrangeiro integrante do comitê de coordenação da fase 2 da renegociação da dívida externa manifestou estranheza com a multiplicação dos encargos extras. Porém, explicou que todos os credores exigirão o mesmo tratamento dispensado, por exemplo, ao Morgan e ao Deutsche Bank, o que generalizará o ônus adicional à dívida.